



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 2887/1985

Ementa

PERMITE A TODA EMPRESA CONSTRUÇÃO E USO PUBLICITÁRIO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS EM PONTOS DE TÁXI, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

Data da Norma

03/09/1985

Data de Publicação

06/09/1985

Veículo de Publicação

Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Lei n° 4045/1985 - Autoria: Carlos Alberto Iamonti

Status de Vigência

Revogada

Observações

PUBLICIDADE

TRANSPORTES E TRÂNSITO - táxis

Autor: CARLOS ALBERTO IAMONTI

Histórico de Alterações

Data da Norma

18/06/1990

Norma Relacionada

Lei n° 3566/1990

Efeito da Norma Relacionada

Revogada por



LEI Nº 2887, DE 03 DE SETEMBRO DE 1985

Permite a toda empresa construção e uso publicitário de -
abrigo de passageiros em pontos de táxi, nas condições que espe-
cifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo,
de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em sessão ordi-
nária realizada no dia 13 de agosto de 1.985, PROMULGA a seguin-
te lei:

Art. 1º - Toda empresa pode construir, a suas expensas, -
abrigo para passageiros em pontos de táxi, usando-o para publi-
cidade comercial, na forma desta lei.

§ 1º - A Administração estabelecerá:

- a) o projeto-padrão do abrigo;
- b) a localização do abrigo.

§ 2º - À empresa interessada caberão:

- a) os reparos do local pela construção do abrigo;
- b) a conservação do abrigo, enquanto nele mantiver pu-
blicidade.

§ 3º - A publicidade sujeitar-se-á:

- a) a aprovação prévia pela Administração;
- b) à taxa competente.

§ 4º - O abrigo considerar-se-á incorporado ao patrimô -
nio público de imediato, sem qualquer indenização em favor da -
empresa.

Art. 2º - O direito ao uso publicitário do abrigo extin -
gue-se em cinco anos, ou antes, no caso de:

- I - remoção do abrigo por interesse público;
- II - transferência ou extinção do ponto.

§ 1º - Em qualquer caso, não caberá indenização em favor



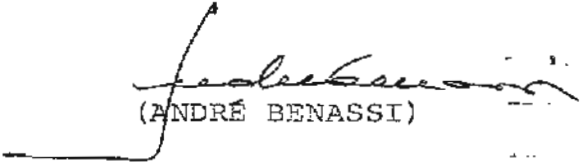
(Lei nº 2887/85)

- fls. 02 -

da empresa, que, porém, nos casos dos itens I e II, terá preferência em relação a outro ponto.


§ 2º - O descumprimento do disposto na alínea "b", do § 2º, do art. 1º, implicará na perda imediata da concessão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


(ANDRÉ BENASSI)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos três dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco.


(ADONIRO JOSÉ MOREIRA)

Secretário de Negócios
Jurídicos

rmsm.